

**HABEAS CORPUS Nº 557.828 - SP (2020/0010751-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EVERALDO CECILIO  
**ADVOGADO** : EVERALDO CECILIO - SP299143  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JEAN CARLOS SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL ABERTO ATENDIDO PELO STF (HC N. 188.800/SP). PERDA DE OBJETO.

*Writ* prejudicado.

**DECISÃO**

Relatou o Ministro Presidente João Otávio de Noronha ao indeferir a liminar (fl. 167):

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEAN CARLOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 3001021-63.2013.8.26.0079).

O impetrante, com fundamento nas Súmulas n. 440 do STJ, 718 e 719 do STF, requer a fixação do regime aberto para o cumprimento da pena de 2 anos e 6 meses de reclusão e de 250 dias-multa, nos termos do art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Ocorre que o *writ* perdeu o objeto.

Com efeito, segundo o Ofício n. 630/2020 do Supremo Tribunal Federal (fls. 44/50), o pleito foi atendido por decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes, que, ao julgar o HC n. 188.800/SP, concedeu a ordem *para restabelecer a sentença condenatória proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Botucatu, a qual teria fixado o regime aberto para início do cumprimento da pena fixada em desfavor de Jean Carlos da Silva, nos autos da Ação Penal n. 3001021-63.2013.8.26.0079/SP* (fl. 49).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator